

RESENHA DE LIVRO

VIEIRA, SOFIA LERCHE. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.**

2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. E-book. 130p.

**ISMAEL SOUSA E SOUSA, PATRICIA LIMA DA SILVA, VILMA
RIBEIRO DE ALMEIDA**

A obra “Estrutura e Funcionamento da Educação Básica”, foi elaborada pela autora Sofia Lerche Vieira, a fim de problematizar os diversos fatores que influenciam o desenvolvimento da Educação Básica no Brasil. E ao mesmo tempo, apresentar dados importantes acerca da estrutura e do funcionamento da Educação, principalmente abrindo perspectivas para que os acadêmicos em especial os de licenciaturas possam compreender e apropriar-se desses conhecimentos para a sua trajetória de futuros professores. Vieira, é Licenciada em Letras (UnB). Mestre em Educação (UFC). Doutora em Filosofia e História da Educação (PUC/SP), com Pós-Doutorado pela Universidad Nacional de Educacion a Distancia (UNEd), Espanha. É professora titular aposentada da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Líder de Projetos do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas.

O livro em questão é composto por sete capítulos, os quais englobam os seguintes assuntos: política e gestão educacional; base legal; financiamento da Educação; indicadores da educação básica; indicadores de sucesso; professores e gestão da escola; sendo o último sobre a infraestrutura escolar. Esta obra é baseada na experiência pedagógica da autora como docente da disciplina política e gestão da educação e de sua vivência em pesquisa, bem da experiência como gestora na educação. As temáticas foram exploradas por meio do levantamento bibliográfico, de cunho crítico e reflexivo.

O primeiro capítulo, “Definindo conceitos,” trata da estrutura e funcionamento da escola, da política e gestão educacional. Aborda os conceitos de “estrutura” e de “funcionamento,” destacando sua aplicação no campo educacional. Para Vieira (2015), quando a estrutura e o funcionamento são bons, uma escola tem os elementos necessários para promover o sucesso de seus alunos. A estrutura e o funcionamento de uma escola e de um sistema educacional não são imutáveis. Ao contrário possuem natureza dinâmica, sujeita a transformações, a partir das reformas educacionais.

A Política Educacional é o setor da Ciência Política que estuda as iniciativas do poder público em educação, tais como as políticas públicas voltadas para resolver problemas sociais. A respeito da estrutura e funcionamento da escola, Vieira traz as ideias de Saviani (2000), nas quais ele estabelece uma analogia entre a estrutura e o funcionamento da escola com dois campos das Ciências Biológicas: a anatomia e a fisiologia. A primeira constitui o “ramo da medicina que estuda a forma e a estrutura dos diferentes elementos constituintes do corpo humano” e, no âmbito da biologia, refere-se à “morfologia interna ou externa dos seres vivos ou dos seus órgãos.” Enquanto, a fisiologia se detém sobre o “estudo das funções e do funcionamento normal dos seres vivos.” Desta forma, Vieira (2015) discute a gestão educacional, que tem como base o diálogo, tanto na esfera macro gerida pelas diferentes instâncias do governo, como na esfera micro no plano de gestão da escola, cujo foco principal é promover o ensino e aprendizagem. Para Vieira (2015), a razão de existir da gestão educacional é a escola e o trabalho que nela se realiza.

O segundo capítulo, “Base Legal”, traz um apanhado histórico sobre a legislação em torno da educação, desde o período da contrarreforma da Igreja Católica, com código rígido de conduta Ratio Studiorum, a tentativa de ruptura com as deliberações lusitanas e o advento da Proclamação da República, a iniciativa de instituir a Constituição de 1824, as várias reformas postuladas até 1925, a Constituição de 1946 e a LDB de 1961 que não perduraram por muito tempo.

Com a instituição da Constituição de 1988, chamada Constituição Cidadã, a qual trouxe grandes mudanças de paradigmas, além de reformulações na estrutura e base legal da educação, tendo essa como direito de todos e dever do Estado e da família. A LDB de 1996, Lei 9.394/96, “abrange os processos formativos que se

desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Segundo a LDB, a elaboração e a execução de uma proposta pedagógica é a primeira e principal das atribuições da escola, devendo sua gestão orientar-se para tal finalidade.

O terceiro capítulo, “Financiamento da Educação”, discute aspectos relativos ao financiamento da Educação Básica, de modo particular as receitas ordinárias, ou seja, aquelas previstas pela Constituição e pela LDB. Aborda as principais fontes de recursos da educação pública proveniente das três esferas governamentais: União, Distrito Federal e Estados e os Municípios. Para Vieira (2015) o financiamento é um dos fatores determinantes para operacionalização da política e da gestão da educação, onde tal recurso é resultante dos impostos de cada instância do governo.

Segundo a Constituição Federal, no art. 212, a aplicação dos recursos de impostos deve ser feita em Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (MDE). Apesar de a união hoje gastar com o (MDE) percentuais bem acima do mínimo constitucional de 18%, sua parcela nos gastos com educação é inferior a um quinto total de suas despesas. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB distribui os recursos financeiros aos municípios e estados com base na quantidade de matrículas nas respectivas redes, através do salário educação. Além disso, a educação conta ainda com financiamentos advindos dos programas federais.

O quarto capítulo, “Indicadores da Educação Básica”, traz uma abordagem a partir de dados referentes à distribuição da oferta e das oportunidades educacionais, sobre a conquista da quantidade, o perfil educacional da população brasileira e a oferta da Educação Básica. Dentro desses temas são abordados indicadores como o analfabetismo, a distribuição das oportunidades por etapas e redes de ensino, entre outros. O analfabetismo no Brasil teve um decréscimo significativo de 1992 à 2009, porém as regiões Norte e Nordeste, apresentam índices baixos na superação deste fenômeno.

Segundo Vieira, (2015) os números mostram que houve, na última década, uma ampliação do acesso à escola sem precedentes na história da educação brasileira. O

importante ainda é constatar que a maioria dos estudantes matriculados na educação básica frequenta a escola pública. Noutras palavras, de acordo com Vieira (2015) está havendo uma “publicização da Educação Básica” fator estratégico na promoção do direito a educação. Porém, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito.

O quinto capítulo, “Indicadores de sucesso: a construção da qualidade”, aborda os fatores que influenciam nesta construção, são citados por Vieira, (2015): a infraestrutura, a rede de atendimento mal distribuída, custos com transporte escolar, poucas bibliotecas, poucas escolas com acesso à tecnologia e salários baixos. E este é um desafio inadiável a enfrentar. Pesquisas no campo do desenvolvimento cognitivo evidenciam que dadas as condições apropriadas, a maioria dos estudantes tem potencial para alcançar o sucesso escolar.

O censo escolar aponta para uma distorção idade-série resistente a mudanças e para taxas de reprovação e abandono relacionadas à eficiência interna da escola, a atratividade dela em criar condições de permanência das crianças ao longo do ano letivo. No Ensino Médio é apontado altas taxas de reprovação e abandono e esses dados para Vieira, (2015) revelam o descaso do governo e da própria população com a educação. Trata-se de uma questão cultural do Brasil.

No penúltimo capítulo, “Professores e Gestão da escola”, concerne à escola como instituição social que a humanidade reservou para transmitir ideias e valores necessários à construção da cidadania. Esta é responsável por saberes que levem o indivíduo a “aprender a ser”, “aprender a conviver”, “aprender a conhecer” e “aprender a fazer” (UNESCO, 1999). A gestão desse espaço é fundamental e deve estar voltada para a aprendizagem de todos os alunos.

Neste sentido, os professores são a matéria prima da escola, pois estes são fundamentais no processo de aprendizagem, pois sozinhos não fazem a mudança. Daí a relevância de uma gestão comprometida e eficaz. Em cenários de reforma o professor tem sofrido inegáveis efeitos sobre sua formação e trabalho, pois as políticas de formação, ainda permanecem muito arraigados aos modelos tradicionais, ignorando a necessidade de qualificação docente em sintonia com o mundo em transformação.

O último capítulo, “Escola: Lugar onde tudo acontece”, está centrado na escola como espaço de materialização das políticas educacionais. A autora destaca a precariedade das escolas rurais, em relação as escolas urbanas por falta de investimento do estado e dos municípios. É oportuno observar que unidades muito pequenas costumam ter pouca ou nenhuma infraestrutura para oferecer ensino de qualidade para seus alunos.

As regiões Norte e Nordeste apresentam um expressivo percentual de escolas sem energia elétrica, sem esgoto e, até mesmo, sem sanitários. De acordo com Vieira (2015), estas são condições indignas de qualidade em qualquer sistema escolar e evidenciam uma situação inaceitável para o país. A autora também destaca as escolas que fazem a diferença e aponta a presença de um compromisso explícito da equipe escolar com seus estudantes, principalmente em acolher e propiciar circunstâncias motivadoras incluindo-as no seu processo de ensino e aprendizagem.

Após a leitura do livro, pode-se afirmar que o texto possui uma linguagem clara e objetiva. O conteúdo abordado em cada capítulo desta obra possibilita aos graduandos e pós-graduandos uma visão rica, ampla e esclarecedora sobre o sistema educacional brasileiro.

Enfim, esta obra nos questiona e nos faz entender que é necessário quebrar os padrões de uma educação fragmentada, descontextualizada e investir em políticas educacionais que verdadeiramente proporcione mudanças de paradigmas. Nos faz refletir no quanto é preciso vencer os desafios da educação e promover um ensino-aprendizagem igualitário e de qualidade para todos.

AUTORES:

Ismael Sousa e Sousa, Graduando do Curso Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: Ismael.sousaesousa6@gmail.com

Patrícia Lima da Silva, Graduanda do Curso Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: patricialima49676@gmail.com

Vilma Ribeiro de Almeida, Graduada em Pedagogia (PUC-GO), mestra em Educação (PUC-GO), Doutoranda em Ensino (UNIVATES), professora EBTT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). E-mail: vilmaribalmeida@gmail.com